


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 11/10/2018 16:26:39, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008406-52.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Fundação Hermínio Ometto**  
 Requerido: **Juliana de Souza Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de ação de **Monitória - Prestação de Serviços** ajuizada por **Fundação Hermínio Ometto** em face de **Juliana de Souza Oliveira**, que firmou contrato de prestação de serviços educacionais com a ré referente ao curso superior de Pedagogia, que utilizou os serviços e deixou de pagar algumas mensalidades, bem como as tentativas para recebimento amigável restaram infrutíferas, gerando débito no valor atualizado de R\$2.239,06. Requer a citação para pagamento do débito em 15 dias ou, para no mesmo prazo, oferecer embargos, constituindo-se ao final título executivo judicial.

A ré foi citada (fls. 63) e não contestou o pedido, deixando transcorrer o prazo "in albis" (fls. 64).

**É O RELATÓRIO.**
**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos dos incisos I e II, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Não reputo existente nenhuma das situações descritas no artigo 345 do Código de Processo Civil, de sorte que a revelia produziu seus efeitos, especialmente, a confissão quanto à matéria fática.

Os fatos narrados na inicial vêm corroborados pelos documentos de fls. 20/39, dando conta da contratação dos serviços educacionais pela ré e respectiva prestação, bem como da ausência de pagamento, não pairando dúvidas quanto à idoneidade da cobrança.

Ante o exposto, na falta de pagamento ou embargos no prazo legal (art. 702), nos termos do art. 701, §2º do novo Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da presente ação e reputo constituído de pleno direito o título executivo judicial, no valor indicado na inicial, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde a data do vencimento, prosseguindo-se como execução.

A ré arcará com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 800,00, nos termos do artigo 85, §8º do CPC.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 11 de outubro de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **17 de outubro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.